

ESTADO DE SÃO PAULO *Argumentação falaciosa*

22 MAI 1988 P3

Empenhados em exorcizar o fantasma da eleição presidencial em 1988, e assim assegurar um mandato de cinco anos para o governo José Sarney, políticos vinculados ao Palácio do Planalto e mesmo chefes militares proibidos de discorrer sobre tais assuntos pelas normas da caserna têm esgrimido, com singular desembaraço, argumentos que agridem a inteligência e espancam o bom senso. Dois desses argumentos — por sinal invocados com inquietante frequência pelo próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves — parecem destinados a fazer algum ruído neste outono. O primeiro deles sustenta que eleições presidenciais convidam à radicalização política e aguçam crises. O segundo, que a corrida às urnas excita a escalada inflacionária.

A conjugação dessas duas ameaças, segundo os profetas do Apocalipse, sugere que ao Brasil do ano da graça de 1988 convém evitar eleições presidenciais. Será muito diferente o Brasil de 1989? Não, com certeza. É razoável supor, dessa forma, que no outono do próximo ano seremos de novo exortados a esperar um pouco mais pelo direito de eleger diretamente o presidente da República. Admitamos que a inflação, então, tenha deixado de contemplar-nos do alto dos atuais 600% ao ano; sempre será possível argumentar que uma eleição presiden-

cial tornaria a arremessá-la à estratosfera. Admitamos, também, que nossos radicais de esquerda e de direita se tenham decidido, nesse imaginário Brasil-89, a manter no coldre seus trabucos, reais ou retóricos; quem garante que a visualização das urnas não os convidaria a sacá-los?

Convém sepultar desde já, portanto (e enquanto é tempo), a tese de que eleições presidenciais são inevitavelmente inflacionárias e politicamente explosivas — uma falácia que tem colidido com lições oferecidas por outros países, desenvolvidos ou não. A França, por exemplo, acaba de realizar, no período de 15 dias, duas eleições desse gênero. A voz das urnas avisou que a maioria dos franceses quer a permanência de François Mitterrand na chefia do Estado, ressaltando que os conservadores de Jacques Chirac, apesar da derrota, vão bem das pernas e que é crescente o pelotão de simpatizantes do direitista Jean-Marie Le Pen. Soube-se, assim, o que pensa e quer a nação neste momento. E, para saber com nitidez ainda maior que espécie de governo desejam os franceses, o presidente Mitterrand convocou eleições legislativas. Não se registrou o menor sinal de convulsões à vista.

Tampouco há indícios de que a taxa de inflação, ora em repouso no tranquilizador patamar dos 2,5% ao ano, ameace

desembestar só porque os franceses andam exercendo com muita frequência o direito de votar. Antes que cedamos à tentação de acreditar que tais fenômenos contemplam exclusivamente países desenvolvidos, desloquemos a lente para alguns territórios que pareciam condenados a eternizar o primitivismo político. A Bolívia, por exemplo.

As eleições de 1985, que levaram Victor Paz Estenssoro ao poder, deram ao novo governo legitimidade suficiente para atacar com vigor a arrogância dos sindicalistas profissionais (e extirpar um tumor que desde os anos 40 infeccionava o organismo político boliviano), erradicar o golpismo endêmico e implantar um plano econômico que operou a proeza de baixar a inflação de espantosos 24.000% ao ano para desconcertantes 10%. Em 1989, os bolivianos elegerão um novo presidente — e o candidato favorito, general Hugo Banzer, não pertence ao partido de Paz Estenssoro. Mas nenhum político (ou militar) ousou afirmar, até agora, que as conquistas já obtidas estão ameaçadas pela presença das urnas nos horizontes nacionais.

Eleições não geram liminarmente crises políticas; ao contrário, contribuem decisivamente para resolvê-las, na medida em que captam com precisão as aspirações nacionais e indicam os rumos a seguir. São, as-

sim, recomendáveis sobretudo a países sujeitos a governos que não tenham nascido da vontade popular. Tampouco fornecem combustível para explosões inflacionárias, a menos que os detentores dos segredos dos cofres públicos estejam presos à convicção de que o voto tem preço e decididos a desembolsar milhões (que não lhes pertencem) para assegurar vitórias eleitorais.

No começo de junho, no máximo, a Constituinte decidirá se o atual presidente terá um mandato de cinco anos, como ocorrerá com os seus sucessores, ou de quatro, como prometeram Tancredo Neves e, depois e publicamente, o próprio José Sarney. A julgar pelos ventos que sopram sobre a Praça dos Três Poderes, é provável que vingue a primeira hipótese. Prevaleça uma ou outra, o Brasil agradecerá se os anunciadores do Apocalipse aceitassem render-se à evidência de que um dia — em 1988 ou 1989 — os brasileiros haverão de eleger seu presidente pelo voto direto.

Sem eleições, o Brasil tem estado às voltas com crises sucessivas e com um taxa de inflação jamais registrada na História do País. Que nos seja permitido percorrer sem sobressaltos o caminho das urnas e resgatar uma fórmula só conhecida pelos cidadãos que tinham mais de 18 anos em 1960. Desde então, já se passaram quase três décadas. É tempo demais.